

# UMA SOCIOLOGIA DO ESTRANHO

*A Chegada do Estranho*. São Paulo. Editora Hucitec, 1993,  
de José de Souza Martins

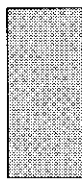
Ana Maria Cristina Schindler\*

**D**epois de ter publicado “O Subúrbio”, livro em que conta a história da vida cotidiana dos trabalhadores de São Caetano, José de Souza Martins agracia os cientistas sociais e pesquisadores com “A chegada do Estranho”, seu último livro. Trata-se de uma publicação de seis artigos, entre conferências e alguns artigos publicados em revistas estrangeiras. O leitor é beneficiado duplamente com esse livro: tanto por conhecer as pesquisas feitas pelo professor Martins sobre os camponeses ao longo dos últimos vinte anos; quanto por aprender com ele um modo sociológico de pensar e analisar a realidade camponesa no Brasil.

O livro traz inovações que vão se acrescentar à vasta obra de Martins, que inclui vários livros sobre camponeses no Brasil, alguns deles frutos de conferências e palestras que o professor proferiu ao longo de sua carreira. Mas o que mais sobressai em seus livros é a riqueza dos dados coletados em suas pesquisas. Martins é, sem dúvida, um dos maiores conhecedores das lutas sociais no campo e da realidade camponesa no Brasil. Ao ler “A chegada do Estranho”, ou mesmo livros anteriores como “Os Camponeses e a Política no Brasil”, ou “Não há Terra para Plantar neste Verão”, entre os outros, fica claro a intimidade com que descreve a situação social, política e econômica dos trabalhadores rurais e camponeses. Uma intimidade de quem conhece não só as características dessa realidade, mas também os

---

\* Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH/USP e Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência.



modos de vida da população, suas formas de pensar e agir.

O *Estranho* inova como uma categoria para se analisar características e processos particulares da sociedade. Entre situações de desencontros, estranhezas e resistências, o *Estranho* é proposto como categoria para uma *sociologia do estranho e do estranhamento*. Uma sociologia que cuidará da análise das dificuldades de reconhecimento do outro na sociedade brasileira, marcadamente corporativa e cheia de preconceitos - do outro como *diferente e igual*. O estudo do estranho é proposto por Martins não apenas para analisar a história dos dominados, como aliás tem sido feito pelos historiadores e sociólogos ao longo da década de 80. O estranho aqui não é, portanto, apenas esse outro dominado, mas é também o invasor de terras e tribos, aquele que expulsa os camponeses, quebra linhagens de família, destrói relações sociais, clandestiniza concepções culturais, valores e regras. Trata-se assim de uma sociedade permeada de estranhos: capital, empresários, gerentes, capacidades, jagunços, policiais, militares.

O livro discorre sobre a situação social no campo, englobando aspectos como os conflitos e a violência, a expropriação e espoliação dos camponeses. Alguns aspectos são recorrentes à todos os textos, como é o caso da pobreza e a questão dos direitos dos pobres.

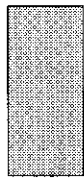
Ao analisar a cultura latino-americana, exposição feita em um seminário sobre a Conquista da América, Martins ressalta a violência como elemento fundador e perpetuador dessa história de conquista e dominação - no caso do Brasil, uma história antropofágica. Nessa história,

a concepção que os conquistadores tinham do outro (do índio) foi plena de não reconhecimento desse outro como tendo uma humanidade igual à dos brancos. As sociedades latino-americanas são comparadas por Martins à sociedade barroca: como uma sociedade que apresenta o duplo, aponta uma contradição. São gestos barrocos, revoluções barrocas. Uma sociedade de fachadas, mas que esconde aspectos como a dissimulação e o medo.

É nessas histórias de lutas que o pesquisador Martins encontra novos sujeitos de lutas, de direitos e da política no Brasil rural. Centra-se na análise do capitalismo para contradizer a idéia de que as transformações que estão ocorrendo terminam por expandir as relações capitalistas de produção.

Os índios e camponeses são objeto central de suas análises. Critica os estudos da sociedade que se baseiam unicamente nas lutas da classe operária. Martins chama a atenção para a análise de índios e camponeses como sujeitos políticos e, portanto, como matrizes para se pensar a sociedade. Essas categorias introduzem novos sujeitos históricos, novos sujeitos de direitos. O reconhecimento do outro como sujeito de conhecimento deve ser visto em sua singularidade. A sociologia, segundo Martins, deve incluir a idéia do que é singular.

Destacando o que é singular, Martins aponta uma metodologia para o estudo das sociedades camponesas, para o estudo dos movimentos



sociais. Deve-se atentar para o grupo local, ao que lhe é específico e ter em conta suas singularidades. É o caso, por exemplo, do código de expressão dessas populações. O pesquisador deve entender a linguagem do camponês, a linguagem do silêncio, e deve saber que não vai ouvir do camponês senão aquilo que eles decidiram que devem dizer.

Quando está explicando o contexto de vida do camponês, o autor dá exemplos concretos que mostram a profundidade do conhecimento que só um pesquisador com intimidade e contato profundo com seu objeto poderia saber. Isto fica claro na análise sobre a questão do tempo camponês, um tempo que envolve a idéia de espera. Um tempo que deve ser invertido e redefinido para que o pesquisador possa entender seu objeto e sua própria sociedade. É essa intimidade que Martins tem com seu objeto que permite que o texto assuma, por vezes, o tom de denúncia, de briga por reconhecimento de direitos. É com a autoridade de profundo conhecedor que Martins se permite fazer declarações sobre o envolvimento de grandes empresas como a Volkswagen em casos de trabalho escravo.

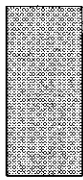
A discussão sobre as conseqüências e o impacto dos grandes projetos amazônicos, aponta um processo que não é unilateral, mas que traz uma reciprocidade de conseqüências e diferença de equidade. O mundo rural que sofre esse impacto não é um mundo passivo, ao contrário, trata-se da existência de sujeitos ativos e dinâmicos. As lutas camponesas são assim marcadas por um desencontro entre a agricultura itinerante de posse e o desenvolvimento capitalista. Essa luta é uma luta por reconhecimento de direitos e o autor deixa

isso muito claro no transcurso deste livro e de toda sua obra. Historicamente, a luta camponesa é repleta de singularidades.

Diversos são os fatores que contribuem para tornar a luta camponesa uma luta singular. Em primeiro lugar, o fato de que a luta pela terra e pelo trabalho é uma luta histórica, que envolve diversos agentes: sindicatos, camponeses, trabalhadores, igreja, partidos, fazendeiros. Em segundo lugar, o fato de que a luta dos índios e camponeses é uma luta por direitos. No entanto, nessa luta, índios e camponeses divergem. O índio luta para defender um direito estabelecido e uma identidade. Os trabalhadores rurais tiveram primeiro de construir seu direito, para depois exigirem seu cumprimento.

As lutas dos trabalhadores rurais apontam outros elementos característicos da sociedade brasileira. Um deles, e talvez o mais importante, é a contradição que vive a democracia no país, exposta à oposição da ideologia liberal e o exercício oligárquico do poder. É essa oligarquia que, segundo Martins, se tornou militarizada, montando verdadeiros exércitos privados, cujas ações contra camponeses e trabalhadores são reforçadas pela impunidade com relação aos crimes.

É nessas histórias de lutas que o pesquisador Martins encontra novos sujeitos de lutas, de direitos e da política no Brasil rural. Centra-se na análise do capitalismo para contradizer a idéia de que as transformações que estão ocorrendo terminam por expandir as relações capitalistas de produção. Retomando teses marxistas, Martins irá então trabalhar com a noção de contradição, recuperando a questão do *desenvolvimento*



*desigual*, para mostrar o descompasso entre o desenvolvimento capitalista e a resistência ao desenvolvimento. Exemplo desse descompasso é a exploração de trabalho escravo por grandes empresas modernas e tecnologicamente avançadas. A esse respeito são alarmantes os dados apresentados pelo autor.

É a partir dessa contradição que a miséria da população rural vai sendo apontada. E é no interior da concepção de contradição entre o moderno e o arcaico que Martins centra sua análise sobre as lutas sociais no campo. Mostra como a luta dos trabalhadores assalariados é diferente da luta dos posseiros, que por sua vez diverge dos sem-terra. Assalariados objetivam a defesa dos direitos trabalhistas; posseiros lutam pela terra; os sem-terra reivindicam a terra, mas também melhores condições de salário. Nessas lutas, camponeses e trabalhadores rurais não contam com um grande apoio da sociedade civil. A igreja Católica e Luterana e a Comissão Pastoral da Terra são os grandes aliados desses atores.

A perversidade do capitalismo é discutida a partir da contradição do funcionamento do

mercado, que cria e recria relações sociais tradicionais. É com base nessa perversidade, que Martins rediscute a questão chave das ciências sociais nos anos 90 - a pobreza econômica e de direitos que convive com a democracia no Brasil. A dura constatação de um país que se quer democrático ao mesmo tempo em que não reconhece a cidadania e os direitos de grande parte de sua população. Uma população que, como já dizia Wanderley Guilherme dos Santos<sup>1</sup>, convive com uma cidadania regulada pelo vínculo do indivíduo com o mercado. Seguindo as sugestões de Martins, essa população é vítima não só de violações de direitos humanos e de espoliação contínua, mas também da acumulação de riqueza e de pobreza gerada pela produção capitalista. Enfim, trata-se da produção simultânea de igualdade e desigualdade, riqueza e pobreza. O pobre torna-se uma categoria que carrega uma definição ética e histórica e que abrange todo tipo de pobreza - a miséria da fome, a falta de justiça e de direitos, a desigualdade, a opressão, a falta de liberdade. É essa categoria que centraliza a prática das lutas dos camponeses e trabalhadores rurais. ■

---

<sup>1</sup> Em seu livro *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.